Síntese da Linha do Tempo MROSC

2010

Plataforma OSC
Articulação da Plataforma por um Novo Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil reivindica dos candidatos à Presidência da República o aprimoramento do ambiente jurídico e institucional das OSCs no País

2011

Criação GTI
Criação do Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), instituído pelo Decreto 7568/2011. Composto por governo e sociedade civil para avaliar, rever e propor aperfeiçoamentos na legislação federal que rege as parcerias entre Estado e organizações da sociedade civil

2012

Relatório GTI
Conclusão do relatório do GTI contendo diagnóstico e propostas para o aperfeiçoamento e os desafios remanescentes da agenda do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil

2014

Lei 13.019/2014
Sanção da Lei 13.019/2014, conhecida como Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (Mrosc), que estabelece um novo regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil

MP 658/2014
Edição da Medida Provisória nº 658 de 2014, que prorroga a entrada em vigor da Lei nº 13.019/2014 para 27 de julho de 2015

2015

MP 684/2015
Edição, em 21 de julho de 2015, da Medida Provisória 684 de 2015, que prorroga a entrada em vigor da Lei 13.019/2014 para 23 de janeiro de 2016

PLV 21/2015
Aprovação, em 11 de novembro de 2015, do Projeto de Lei de Conversão nº 21 de 2015, oriundo da MP 684/2015. Propõe alteração em diversos dispositivos e prorrogação da entrada em vigor da Lei 13.019/2014 para 23 de janeiro de 2016 (União, Distrito Federal e estados) e 1º de janeiro de 2017 (municípios)

Lei 13.204/2015
Sanção, em 14 de dezembro de 2015, do PLV 21/2015, convertido na Lei 13.204/2015, que altera e prorroga a entrada em vigor da Lei 13.019/2014 para 23 de janeiro de 2016. Para municípios, a norma passará a valer em 1º de janeiro de 2017

2016

Lei 13.019/2014
Entrada em vigor, dia 23 de janeiro, para União, Distrito Federal e estados

Decreto Federal 8.726/2016
Publicação, em 28 de abril de 2016, do Decreto Federal n° 8.726 de 2016, que regulamenta a Lei 13.019/2014

2017

Lei 13.019/2014
Entrada em vigor, em 1º de janeiro, para municípios